



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

RELAÇÃO RURAL-URBANA NO CONTEXTO DAS NOVAS RURALIDADES: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA

Autores:

Patricia Maíssa Ferragoni da Cruz - UFABC - patferragoni@uol.com.br

Resumo:

Sabe-se o quanto o rural brasileiro é diverso. A teoria das novas ruralidades ressalta a não existência de apenas um meio agrícola nesta área, mas também de um território composto por muitas realidades distintas, principalmente quando se observa a questão fundiária, social e econômica. A diversidade de biomas, por exemplo, traz um ponto de vista moderno quando se fala em produção e como os habitantes do campo se conectam diariamente com a natureza. Além disso, a criação de laços interpessoais e entre essas pessoas com os seus próprios espaços tem grande relevância também comparativamente à análise que comumente se faz utilizando apenas a interação que elas têm com o seu emprego. Mudando-se os vínculos no campo, modifica-se também a sua relação com as cidades, afinal os fluxos de pessoas, capitais, mercadorias e as dinâmicas que ocorrem entre esses dois espaços, conceitualmente distintos, também se alteram. O entendimento da relação rural-urbana, dentro da perspectiva do novo rural, deve ser trabalhado e pode ter grandes impactos ao reorientar e redirecionar algumas políticas públicas e de planejamento atuais.

RELAÇÃO RURAL-URBANA NO CONTEXTO DAS NOVAS RURALIDADES: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA

RESUMO

Sabe-se o quanto o rural brasileiro é diverso. A teoria das novas ruralidades ressalta a não existência de apenas um meio agrícola nesta área, mas também de um território composto por muitas realidades distintas, principalmente quando se observa a questão fundiária, social e econômica. A diversidade de biomas, por exemplo, traz um ponto de vista moderno quando se fala em produção e como os habitantes do campo se conectam diariamente com a natureza. Além disso, a criação de laços interpessoais e entre essas pessoas com os seus próprios espaços tem grande relevância também comparativamente à análise que comumente se faz utilizando apenas a interação que elas têm com o seu emprego. Mudando-se os vínculos no campo, modifica-se também a sua relação com as cidades, afinal os fluxos de pessoas, capitais, mercadorias e as dinâmicas que ocorrem entre esses dois espaços, conceitualmente distintos, também se alteram. O entendimento da relação rural-urbana, dentro da perspectiva do novo rural, deve ser trabalhado e pode ter grandes impactos ao reorientar e redirecionar algumas políticas públicas e de planejamento atuais.

Palavras-chave: relação rural-urbana, novas ruralidades, novo rural, urbano-rural.

INTRODUÇÃO

O mundo rural e o mundo urbano europeu, segundo João Ferrão (2000), eram antigamente bem distintos e apresentavam uma relação estável de complementaridade. O campo tinha a sua função de produzir alimentos, enquanto as cidades traziam infraestruturas, bens e serviços específicos e variados.

Com o advento da revolução industrial, as cidades viraram o “palco do progresso” e começaram a ganhar maior importância em relação ao campo, devido à presença de emprego, serviços e instalação de equipamentos públicos. O mundo rural perdeu o status de centralidade econômica e ficou como um grande fornecedor de mão de obra barata e desqualificada para o veloz crescimento urbano. A relação equilibrada entre o meio rural e urbano começou a ficar, de certa maneira, assimétrica. Ao longo do tempo, começou a haver distinção também entre o meio rural mecanizado (moderno) para aquele velho movido à força humana (não-moderno) (FERRÃO, 2000).

Nos últimos anos, pode-se dizer que o mundo rural se reinventou, rompendo com duas de suas características antes básicas: a de produção de alimentos e a da atividade econômica agrícola predominante. Agora, as famílias camponesas tornaram a exercer “pluriatividades” com plurirendimentos, transformando o campo num espaço “multifuncional” com valor patrimonial. O meio rural estaria cheio de patrimônios naturais e históricos passíveis de lucro. Os seus moradores poderiam dedicar-se a partir de então com a conservação e proteção da natureza, com a conservação e proteção de patrimônios históricos e culturais ou com o turismo e lazer. O mundo rural começa aqui a ter um pouco mais de força perante o imponente meio urbano (FERRÃO, 2000).

Ao contrário do que normalmente se pensa, a população rural por todo o mundo não é inexpressiva e constitui, por exemplo, de 27% da população total francesa e 20% da estadunidense, de acordo com os critérios estabelecidos por esses países para caracterizar a sua população rural. De uma forma geral, os países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) contam com um a cada quatro de seus habitantes vivendo em zona rural e, muitos deles, não trabalhando diretamente com a agricultura. O Brasil apresenta um quadro diferenciado já que se pode dizer que até metade de sua população estaria vivendo em regiões do país que poderiam ser consideradas rurais, de acordo com classificações específicas (ABRAMOVAY, 2009; OCDE, 2013).

Assim como descrito por Ferrão (2000) para os países mais desenvolvidos, o Brasil também tem sofrido, nas últimas décadas, com esse mesmo processo e mudança no rural, quebrando progressivamente as suas fronteiras entre o campo e a cidade, mesmo vivendo em contextos distintos de urbanização, atividade agrícola e industrialização dos europeus. Até os anos 80, existiu o grande êxodo rural, resultante da forte industrialização nos meios urbanos e da mecanização da agricultura. Nos anos 90, a migração para as cidades começou a parar, pois naquele momento as cidades precisavam de uma mão de obra mais qualificada que a população rural não poderia oferecer. Foi só nos últimos anos que o campo começou a

aparecer novamente com a perspectiva de emprego e desenvolvimento, por meio de sua multifuncionalidade (ORTEGA, 2008).

Ortega (2008) afirma que no Brasil começou a existir a alteração dos espaços e uma forte articulação que resultou na progressiva quebra da fronteira entre o campo e a cidade. Segundo Favareto (2010), recentemente, regiões intermediárias entre o rural mais tradicional e a cidade mais desenvolvida foram surgindo, ficando difícil fazer distinções. Trevizan (2003), por outro lado, apresentou a emergência da multifuncionalidade do meio rural, o que implica na necessidade atual de uma nova perspectiva de desenvolvimento para os territórios rurais, já que as atividades agrícolas não são mais as únicas que comandam.

Na opinião de Abramovay (2009), a revalorização do campo será o grande fenômeno demográfico, social e cultural deste início de milênio, já que são nas regiões mais interioranas que existe biodiversidade, recursos naturais e paisagísticos e também um estilo de vida idealizado e desejado por muitos que vivem nas cidades.

Ao longo de toda a história, a industrialização e urbanização em ritmo cada vez mais acelerado foi moldando novos territórios e trazendo, também, novas configurações no que diz respeito à relação que existia entre os meios urbano e rural. Os próprios conceitos de “rural” e de “urbano” foram sendo mudados e bem discutidos na área acadêmica, tentando responder questões clássicas como: “o que é o rural? O que é o urbano?”, “o que seria a ruralidade?”, “a urbanização é planetária?” etc. Considera-se, neste artigo, a linha teórica que afirma que o rural brasileiro tem sido modificado durante as últimas décadas e que existiria certa urgência em enxergá-lo de forma distinta do que se fez até então, tratando-o não apenas como um local de produção de alimentos, mas também como um território múltiplo, cheio de atores sociais, dinâmicas, necessidades, fluxos e vivências.

Além do mais, se é que os próprios conceitos de “rural” e “urbano” foram se transformando, no Brasil e no resto do mundo ocidental, discussão essa que não cabe em sua totalidade ser trazida aqui, então a relação entre esses dois pólos também foi sendo construída e alterada ao longo do passar do tempo. Se, por um momento ambos viviam em certa harmonia, em uma relação de reciprocidade e complementariedade, e se, posteriormente, a cidade começou a ganhar a visibilidade perante ao campo, outra relação, principalmente de poder, começou a aparecer, trazendo provavelmente uma maior dependência do rural ao urbano.

Diante dessas circunstâncias, o objetivo desse artigo é a identificação dos elementos de interconexão e interação das zonas rurais e urbanas do país, partindo-se de uma revisão bibliográfica sobre a evolução do conceito de rural e da temática do novo rural, levando em consideração as últimas concepções do que é a ruralidade contemporânea, assim como quais são as principais particularidades da nova ruralidade brasileira. Tenta-se assim, tentar responder a pergunta: “como fica a relação rural-urbana no contexto atual das novas ruralidades?”. A pesquisa foi construída com apoio de documentos clássicos na temática de autores tais como José Eli da Veiga, Graziano da Silva, Abramovay, Arilson Favareto e Maria José Carneiro, assim como de outros trabalhos acadêmicos mais atuais.

Para tanto, esse trabalho é a seguir apresentado dividido em 10 seções somadas a uma breve conclusão. A primeira seção apresenta uma tentativa de conceituar e discutir a relação rural-urbana a partir da oposição conceitual e dual de “urbano” e “rural”, através de alguns autores que já discutiram o assunto. Dali, faz-se a separação histórica da relação rural/urbano em quatro grandes momentos, os quais são apresentados respectivamente nas seções 2, 3, 4 e 6. A segunda seção aborda, assim, o 1º momento, no qual existiria a inicial dicotomia campo-cidade e as relações de simbiose entre o rural e o urbano. A terceira seção trata o 2º momento, posterior à Revolução Industrial, o qual resultou em uma assimetria, entre o rural e o urbano. E a quarta seção traz o 3º momento, marcado pelas grandes mudanças que ocorreram no solo rural, no que diz respeito à introdução de bens e serviços no campo, ou melhor, a sua modernização, introduzindo a noção do que se conhece hoje como “continuum”. Após esses três primeiros momentos, faz-se, na quinta seção, um breve resumo em um quadro síntese descrevendo o que seria urbano, rural e qual tipo de relação rural-urbana seria melhor descrita para cada um desses períodos. Na seção seis volta-se a descrever o último e 4º momento, quando a pluriatividade econômica e a multifuncionalidade do solo começaram a aflorar, que é o período o qual se estende até hoje, chamado de “novas ruralidades”. A sétima seção expõe como alguns autores brasileiros descrevem a nova ruralidade contemporânea nacional. E a oitava seção aborda as modificações ocorridas em solo brasileiro e defende o surgimento desse novo mundo rural no país. O objetivo deste artigo é atingido na nona seção, quando se faz a discussão de como poderia ser interpretada a relação rural-urbana no contexto das novas ruralidades, baseando-se nos autores trabalhados e a base teórica trata acima. A décima seção fecha a discussão trazendo um quadro síntese para a questão nos mesmos moldes feitos para os três primeiros momentos anteriores, encerrando-se com as conclusões finais.

1. RELAÇÃO RURAL-URBANA A PARTIR DA CONCEITUAÇÃO DUALÍSTICA DE RURAL E DE URBANO

Sabe-se que as cidades e o campo são interdependentes. Os territórios rurais precisam das cidades porque por meio delas podem usufruir grandes oportunidades, já os habitantes das cidades necessitam do campo porque existiria um relacionamento fundamental com o mundo natural (FAVARETO, 2007). Existem diversas teorias para se explicar o que é cidade e o que é campo atualmente e, acredita-se aqui que a relação entre eles seria definida exatamente na troca e na interconexão de como se enxerga e conceitua cada uma dessas áreas.

Uma dessas tentativas é de José Eli da Veiga (2007), baseado nas ideias do biólogo Samuel Murgel Branco (1989), que considera que tudo o que o ser humano produz é “artificial” e tudo o que a natureza gera é “natural”. A cidade, em sua perspectiva, seria assim uma invenção predominantemente “artificial”, já que foi resultado do trabalho humano, e, apesar de ser considerada um ecossistema, dentro das noções da ecologia, é carente em atividade de produção e/ou fixação de energia primária, suficiente para não ser considerada “natural”. Assim, portanto, o grau de artificialização do ecossistema das cidades é o que diferencia o urbano do rural e traz uma relação entre eles (VEIGA, 2007).

Diegues (1996), por sua vez, em outro ponto de vista, diz que todo e qualquer ambiente com a presença humana não é mais natural e até mesmo aqueles ambientes dados como “selvagens” ou “intocados” sofrem a influência humana. A visão de que o meio rural é mais “natural” é uma perspectiva totalmente urbana, já que no meio rural também há a artificialização do solo, só que de maneira distinta das grandes cidades. O que mudaria na diferenciação rural-urbana não seria o “grau de artificialização”, mas sim as relações que as comunidades mais tradicionais (camponesas, indígenas etc) e as citadinas têm com o mundo natural. Nesta perspectiva, a troca de experiências citadinas e camponesas/indígenas, por exemplo, com o meio ambiente e o natural poderia caracterizar as relações rural-urbanas.

Paulo Bairoch (1992) apud Arilson Favareto (2007) define uma cidade quando há a presença de: artesanato em tempo integral; tamanho e densidade populacional; durabilidade das aglomerações; estrutura urbana da habitação e; existência de fortificações, ao contrário de uma aldeia que é mais aberta. A ideia de se caracterizar a cidade pela existência de “artesanato”, dentre todos esses aspectos apontados, é interessante, pois traz uma definição da cidade e do campo através do trabalho, em sua forma. Possuir artesanato significa apresentar especialização de mão de obra, consequente divisão de trabalho e troca de mercadorias. As cidades, ocidentais principalmente, teriam surgido justamente com “espaços de trocas” (FAVARETO, 2007). A partir dessa perspectiva, pode-se ver que a relação rural e urbana poderia ser representada pelo fluxo de pessoas de localidades com densidades diferentes, por exemplo, ou até mesmo com a troca de produtos primários rurais e mercadorias que são fruto da diversificação e especialização do trabalho urbano (conceito esse que vai ser refutado posteriormente com a teoria das novas ruralidades, no qual explica que o rural pode ter também atividades variadas e particulares, gerando produtos singulares).

Georg Simmel, em sua obra, distingue a vida urbana da rural, pois a cidade teria muito mais pessoas vivendo juntas e as interações e comunicação entre os seus habitantes seria muito maior. Esse incessante contato público vivido nas cidades ocasionaria uma cadeia de indiferença entre as pessoas, com relações sociais racionalizadas, calculistas e utilitaristas, diferentemente do que ocorre em pequenos conglomerados. Segundo Simmel, haveria a “despersonalização” das condutas e dos comportamentos sociais e a forte presença do “anonimato” (CARMO, 2009).

Louis Wirth, da Escola de Chicago, atribui as palavras “dimensão” e “densidade” ao espaço urbano. Na cidade, a luta pelo espaço seria intensa e cada pedaço de terra obtido é aproveitado da melhor forma para se garantir o maior retorno econômico possível. O local de emprego no mundo urbano dissocia-se do local de residência, já que habitar o mesmo local onde se trabalha se torna totalmente indesejável e impróprio. Essa separação contribui para o aumento da mobilidade entre os indivíduos, já que necessitam se deslocar diariamente para exercer as atividades de sua rotina. As distâncias se tornam cada vez menores e o sentido de “proximidade” é alterado nas cidades. O espaço urbano pode ser chamado de “descontínuo”, enquanto o espaço rural seria “contíguo”, pois o local de residência e de trabalho seriam muito próximos (CARMO, 2009).

Outro aspecto levantado por Wirth é a “heterogeneidade”, a qual a mobilidade produziria. Um habitante do meio urbano entra em contato com os mais diversos grupos e círculos sociais a todo momento de sua vida, grupos esses nos quais seus próprios membros são totalmente inconstantes. Como o indivíduo, dentro da cidade, pode trocar de trabalho, de moradia, de forma fácil e rápida, haveria no espaço urbano alta diversificação das relações e papéis sociais. Prevalece a ideia cidadina de que poder pertencer ao maior número de círculos, é ser livre e não se prender ao tradicional (CARMO, 2009).

A individualização proposta por Simmel e a heterogeneidade de Wirth traz para a cidade, portanto, uma grande diversificação de laços e interações sociais proporcionadas pela liberdade de movimento, mas, contraditoriamente, com vivências despersonalizadas e os contatos totalmente impessoais (CARMO, 2009). Em ambos os casos, a relação campo-cidade aqui poderia ser traduzida, assim como foi feita para o caso da artificialização, como um grau de sociabilidade e envolvimento pessoal dos habitantes de ambas as zonas. Laços com pessoas do campo, por exemplo, poderiam trazer mais conforto, confiabilidade, tranquilidade, solidariedade e amizade para as pessoas da cidade. Assim como a convivência com o urbano, por parte dos moradores do rural, pode trazer maior diversidade em ideias, quebra de preconceitos tradicionais e contato com outros papéis sociais.

Robert Redfield, em complementação ao que foi proposto por Wirth, definiu o meio rural (“little community”) como um espaço de grande harmonia social, com o sentimento de pertença a um coletivo. O meio rural, segundo Redfield, teria 4 aspectos bases: 1) distinção territorial (com organização comunitária definida pela estabilidade e por um perímetro); 2) homogeneidade (das atividades e estado de espírito); 3) tamanho (geralmente pequeno quando comparado a cidades) e 4) autossuficiência (CARMO, 2009).

Ao invés de focar e tentar inferir como se dá a relação rural e urbana por diversas conceituações bem teóricas, até mesmo filosóficas, do que seria rural e o que seria o urbano, noções estas em que a academia não teve um grande consenso, até mesmo porque a própria realidade rural/urbana de um país ou região de um país (como o Brasil) pode ser bem distinta de local para local e também os próprios territórios acabam se transformando com o tempo, este trabalho buscou então centrar no estudo de como a evolução rural-urbana foi se dando ao longo do passar dos séculos e décadas, chegando ao momento atual, no qual se estaria a viver um contexto de grande urbanização/metropolização do mundo, mas em paralelo o surgimento de um novo rural totalmente multifacetado.

Separou-se a história dessa relação em quatro grandes momentos e a partir deles se fez o estudo separado de como era visto cada um dos meios (rural/urbano) em cada uma dessas fases e como se dava a relação entre eles. A meta é chegar na teoria das novas ruralidades e tentar compreender como essa interação se dá nos dias atuais. Os momentos são: 1) Dicotomia Rural e Urbano; 2) Relação Urbano/Rural pós-Revolução Industrial; 3) Nova Dicotomia pós-Rural/urbano (modernidade - pós-Segunda Guerra Mundial) - Noção do "Continuum"; 4) Novas Ruralidades. A hipótese aqui é que ao se estudar a evolução rural e urbana a longo da história, têm-se a base para a compreensão da teoria do Novo Rural, assim como também se tem os parâmetros essenciais de análise para identificar a relação entre as duas zonas no contexto atual.

2. DICOTOMIA RURAL E URBANO (1º MOMENTO)

O mundo rural arcaico e o mundo urbano do passado viviam numa situação de perfeita “simbiose” e de “complementaridade”, pois basicamente apresentavam características opostas e um precisava do outro para sobreviver (FERRÃO, 2000).

De forma histórica, o mundo rural é definido por meio de quatro aspectos básicos: 1) pela produção de alimentos (sua função principal); 2) pela agricultura (sua atividade econômica predominante); 3) pela família camponesa (seu grupo social de referência); 4) pelo equilíbrio entre a natureza e as atividades humanas exercidas (sua paisagem) (FERRÃO, 2000).

Durante séculos, a cidade e o campo viveram como “parasitas tutelares”, ou melhor, havia uma dependência entre os dois espaços, com a cidade se nutrindo do que o campo provia e o campo recebendo serviços, ordem, regulação e proteção das cidades (DUBY, 1973).

3. RELAÇÃO URBANO/RURAL PÓS-REVOLUÇÃO INDUSTRIAL (2º MOMENTO)

Com o passar dos anos, principalmente com a Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, a relação rural-urbano foi se modificando e ficando cada vez mais assimétrica, já que a cidade foi ficando mais “poderosa”, detentora de concentração de renda, de mobilidade social, de mão de obra qualificada etc (FERRÃO, 2000).

Parte do meio rural perdeu a centralidade econômica, social e emblemática que tinha, com a ascensão da nova sociedade urbano-industrial, e começou a viver em função do fornecimento de alimentos para os grandes mercados urbanos e tinham, além disso, a função de fornecer “mão-de-obra barata e desqualificada” para o crescimento das cidades (FERRÃO, 2000).

Enquanto o rural ficou associado ao “arcaico”, “tradicional” e “rústico”, a cidade começou a ser sinônimo de “riqueza e luxo” e “palco do progresso”. Era só a cidade, assim, por exemplo, que era capaz de proporcionar infraestruturas e serviços essenciais para a melhoria de qualidade de vida dos cidadãos (FAVARETO, 2007; FERRÃO, 2000).

Numa análise sociológica, baseada em Marx e Weber, elucidada por Graziano da Silva (1997), o conflito rural e urbano em questão seria o reflexo da luta de duas classes distintas, uma em ascensão e outra em declínio. O urbano estaria representado por aqueles que favoreceram o fortalecimento do capitalismo, simbolizado pelo progresso de grandes indústrias, enquanto o rural estaria associado à velha ordem social, ao atraso e a tentativa

de se evitar as novas forças sociais que surgiram nessa época. Até os anos 70, predominou na Sociologia, esse pensamento dualista de que o rural e urbano eram realidades rivais e o rural essencialmente era identificado com a produção agrícola, com o subdesenvolvimento e atraso, já que tudo o que fazia estaria diretamente relacionado ao atendimento de interesses citadinos (GRAZIANO DA SILVA, 1997; TREVIZAN, 2003).

Ferdinand Tönnies (1887), com a tentativa de caracterização sociológica da relação campo-cidade deste contexto, influenciando posteriormente outros estudiosos do século XX, trouxe a ideia de que no meio rural existiam comunidades e no meio urbano já se teria a presença da sociedade. A comunidade, para Tönnies, afetada pela forte ligação existente entre natureza e tradição, teria a coletividade gerada através de uma harmonia social baseada em relações de afetividade e intimidade. Já a sociedade, diferentemente, não teria esse sentimento de pertencimento a um todo, com grandes conflitos sociais, individualismo e relações utilitárias.

4. NOVA DICOTOMIA PÓS-RURAL/URBANO (MODERNIDADE - PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL) - NOÇÃO DO "CONTINUUM" (3º MOMENTO)

A partir do século XX, principalmente após a 2ª Guerra Mundial, a modernidade deixou de ser uma exclusividade do mundo urbano, e começou a infiltrar no campo, criando o mundo rural moderno e o mundo rural tradicional, na chamada “nova dicotomia pós-rural/urbano”, na qual a oposição agora se dá pelos espaços “modernos” (sendo eles urbanos ou não) e espaços “arcaicos” (geralmente rurais). Mesmo ainda com o julgamento de que o meio rural era mais “marginalizado”, o deslocamento dessas fronteiras modernas afirmou que nem todo rural é atrasado (FERRÃO, 2000).

A modernidade deu-se com a expansão de serviços, energia elétrica, transportes, comunicação, tecnologias no setor produtivo que antes o campo não dispunha. Alguns autores começaram a tratar esse fenômeno como “urbanização do campo”, mesmo que isso parecesse uma contradição em termos ou se tratasse de uma mistura de espaços totalmente opostos e distintos. Paul Bairoch (1992) apud Favareto (2010), ao verificar as últimas tendências, trouxe os seguintes questionamentos sobre esse cenário: seria esta uma nova etapa? Poderia mesmo existir a urbanização do campo sem acabar com as características rurais? Ou seria uma homogeneização clara desses dois tipos de espaços? (FAVARETO, 2010; TREVIZAN, 2003)

Independente das respostas, o que se evidencia é que essa transformação social acabou definitivamente com a fronteira que antes existia entre o rural e urbano, trazendo a dúvida de quais eram as suas reais diferenças e onde terminava um e começava o outro (TREVIZAN, 2003).

A partir desta época, começou a se criar diversas tipologias de áreas rurais em relação a sua proximidade física, socioeconômica e funcional com as principais cidades: áreas rurais “centrais” a áreas rurais “periféricas”. Quanto mais “profunda” for a área rural, menor a sua modernização e menor o sentido de complementaridade com os centros urbanos, já que se trataria da região com menos recursos e acessibilidade, que pouco interesse despertaria nos residentes das cidades (FERRÃO, 2000).

Trata-se de uma concepção gradualista, como afirma Carmo (2009), com a noção de “continuum”, na qual o território formado por aquele rural arcaico e o mundo urbano estaria agora dividido por espaços intermédios (periurbanos), que combinam tanto aspectos rurais, como aspectos urbanos. Dessa forma, as áreas de transição seriam caracterizadas por maiores populações e maior dinamismo econômico, em relação às zonas rurais mais distantes (CARMO, 2009).

Quando se moderniza um espaço, geralmente também se modifica a mobilidade, ou melhor, há o aumento das distâncias percorridas pelos habitantes desse espaço. A modernização também traz consequências no estilo de vida das pessoas com a absorção de novos hábitos de consumo, a dinamização de rotinas, mudança de valores, aumento do tempo para lazer, maior importância atribuída à cultura e educação, maior acesso a informação e comunicação etc.

O maior contato de pessoas do meio rural com aspectos característicos de locais urbanizados não destrói por completo a estrutura tradicional que antes existia, apenas modifica ou há a interação com ambas estruturas, a moderna e a tradicional (CARMO, 2009).

Analisando essa situação de fragmentação da dicotomia rural-urbano e a ideia de continuum, o renomado antropólogo Robert Redfield desenvolveu a teoria da sociedade global composta pela sociedade tribal (primitiva), sociedade agrária (camponesa) e a sociedade urbana (CARMO, 2009; TREVIZAN, 2003).

A sociedade tribal é aquela que não teria relação alguma com o urbano, com unidades independentes, subsistência e fortes relações de afetividade. A sociedade agrária é aquela predominantemente rural, mas que tem as suas atividades pautadas pela cidade, com relações sociais mais racionais que a da sociedade tribal, entretanto ainda bem afetivas. Nessa sociedade, haveria basicamente a produção agrícola para o meio urbano. A sociedade urbana, por sua vez, é a desenvolvida, que vive da produção industrial e serviços na cidade, com maior indiferença no que diz respeito a relações sociais (TREVIZAN, 2003).

Étienne Jullard (1961), por sua vez, criou uma classificação bem profunda para os mais diferentes arranjos de cidade e campo que poderiam existir, como por exemplo: cidades que se juntaram sem fronteiras ao campo e o incluíram ao seu desenvolvimento; cidades que cresceram separadas do campo, mas que o envolveram, sem fecundações; e cidades predatórias do solo rural e que apropriam do seu espaço apenas dando valor a terra.

5. QUADRO-RESUMO DOS TRÊS PRIMEIROS MOMENTOS

Pode-se, através da descrição desses três primeiros momentos fazer a construção de três quadros-resumo sobre como era visto o urbano, como era visto o rural, em cada uma dessas etapas, e também como a relação rural e urbana se dava também em cada um desses períodos. O Quadro 1 se refere ao 1º Momento, o Quadro 2 ao 2º Momento e o Quadro 3 ao 3º Momento. Depois disso, segue-se para o estudo das Novas Ruralidades (4º Momento) e tenta-se fazer um quadro similar para a compreensão da Relação Rural-Urbana no contexto atual.

Quadro 1: Relação Rural-Urbana no 1º Momento: Dicotomia Rural-Urbano

Temporalidade	Características do Urbano	Características do Rural
1º Momento: Dicotomia Urbano/Rural	1) Função principal: múltiplas, entre elas: comércio, serviços, ordem, regulação e proteção; 2) Atividade econômica predominante: comércio e serviços; 3) Grupo social: variado como de comerciantes, artesãos etc; 4) Paisagem: mais artificializado.	1) Função principal: produção de alimentos; 2) Atividade econômica predominante: agricultura; 3) Grupo social de referência: família camponesa; 4) Paisagem: equilíbrio entre a natureza e as atividades humanas exercidas.
	Relação Rural-Urbana	
	Relação de simbiose/ complementariedade: com a cidade se nutrindo do que o campo provia e o campo recebendo serviços, ordem, regulação e proteção das cidades.	
	Parasitas Tutelares (relação de dependência de ambas as partes)	

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2: Relação Rural-Urbana no 2º Momento: Relação Urbano/Rural pós-Revolução Industrial

Temporalidade	Características do Urbano	Características do Rural
<p>2º Momento: Relação Urbano/Rural (pós- Revolução Industrial)</p>	<p>1) Função principal: múltiplas, entre elas: produção de bens e serviços, trocas comerciais, infraestruturas, ordem, regulação e proteção; 2) Atividade econômica predominante: indústria, comércio e serviços; 3) Grupo social: sociedade urbano-industrial (em ascensão), sem sentimento de pertencimento a um todo, com grandes conflitos sociais, individualismo e relações utilitárias; 4) Paisagem: mais artificializado 5) Sinônimo de progresso capitalista, riqueza e luxo.</p>	<p>1) Função principal: produção de alimentos e fornecer "mão-de-obra barata e desqualificada"; 2) Atividade econômica predominante: agricultura; 3) Grupo social de referência: comunidades e famílias camponesas (em declínio), com coletividade marcada pelas relações de afetividade e intimidade; 4) Paisagem: equilíbrio entre a natureza e as atividades humanas exercidas; 5) Sinônimo do tradicional, rústico e atrasado.</p>
	Relação Rural-Urbana	
	<p>Relação assimétrica: cidade mais poderosa, com fluxo de pessoas e capital para os centros urbanos, perda de população e status das zonas rurais</p>	
	<p>Cidade como centralidade econômica, social e emblemática (sinônimo do progresso)</p>	

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3: Relação Rural-Urbana no 3º Momento: Nova Dicotomia pós-Rural/Urbano (modernidade - pós-Segunda Guerra Mundial) - Noção do "Continuum"

Temporalidade	Características do Urbano	Características do Rural
<p>3º Momento: Nova Dicotomia pós- Rural/Urbano (modernidade - pós-Segunda Guerra Mundial) - Noção do "Continuum"</p>	<p>Assim, como no período anterior, é marcado por uma sociedade que vive da produção industrial e serviços na cidade, com maior indiferença no que diz respeito a relações sociais.</p>	<p>Entrada da modernidade no meio rural, com expansão de serviços, energia elétrica, transportes, comunicação, tecnologias no setor produtivo.</p>
		<p>Presença de áreas rurais mais "profundas" e isoladas (com menos recursos e acessibilidade) e áreas rurais mais "periféricas" e conectadas a cidade</p>
		<p>Estilo de vida mudado com a absorção de novos hábitos de consumo, menor tempo de deslocamento, a dinamização de rotinas, mudança de valores, aumento do tempo para lazer, maior importância atribuída à cultura e educação, maior acesso a informação e comunicação etc</p>
		<p>Rural orientado pelo desenvolvimento urbano</p>
	Relação Rural-Urbana	
	<p>Diferenciação entre urbano (sociedade urbana), rural moderno (sociedade agrária) e rural arcaico (sociedade primitiva)</p>	
	<p>Urbanização do campo x Modernização do rural</p>	
<p>Fim das fronteiras territoriais e imaginárias do campo e cidade (homogeneização da diferença entre as duas zonas)</p>		
<p>Noção do "continuum": concepção gradualista, território formado pelo rural arcaico e o mundo urbano estaria agora dividido por espaços intermédios (periurbanos), que combinam tanto aspectos rurais, como aspectos urbanos</p>		
<p>Maior interação com ambas as estruturas, a moderna e a tradicional, a rural e a urbana</p>		

Fonte: Elaboração própria.

6. NOVAS RURALIDADES (4º MOMENTO)

Nos últimos anos, principalmente a partir dos anos 80, pode-se dizer que o mundo rural se reinventou mais uma vez, o que modificou ainda mais a relação inicial entre o rural e urbano, já que foram rompidas duas de suas características antes mais básicas: a função principal de produção de alimentos e a da atividade econômica agrícola predominante. Neste momento, as famílias camponesas começaram a exercer “pluriatividades” com “plurirendimentos”, transformando o campo num espaço “multifuncional” (FERRÃO, 2000).

O meio rural teria um acervo de elementos naturais e históricos passíveis de lucro. Os seus moradores poderiam dedicar-se a partir de então com a conservação e proteção do meio ambiente, com o “movimento de renaturalização”, por meio de projetos de preservação ambiental e de desenvolvimento sustentável; com a manutenção e valorização de patrimônios históricos e culturais, pela “busca da autenticidade”, em contraponto ao processo de mundialização; ou com o turismo e lazer, com a “mercantilização de paisagens”. O mundo rural começa aqui a ter um pouco mais de força perante o imponente meio urbano (FERRÃO, 2000).

Ferrão (2000) defende que por mais que estas pluriatividades tragam valor econômico a espaços e bens que até então não se vendiam, a remuneração é justa pelo fato de se reviver o mundo rural e também de se assegurar alguns patrimônios sociais e ambientais que antes não tinham sido atribuídos qualquer importância.

A modernização tecnológica, crescimento da produtividade agrícola, a dispensa de mão de obra rural e necessidade de trabalhadores no meio urbano, inserção de mulheres no mercado de trabalho, políticas públicas voltadas para melhoria da renda dos habitantes do campo, descentralização industrial para áreas não urbanas e aprimoramento da agricultura familiar foram alguns dos fatores que permitiram o trabalho agrícola parcial, a pluriatividade e práticas não agrícolas no meio rural (TREVIZAN, 2003).

Uma mudança relevante com a chegada da modernização em áreas rurais e com o advento de atividades não agrícolas foi a alteração dos grupos sociais e o fim da polarização tradicional na qual os ricos são apenas aqueles que obtêm grandes extensões de terra e pobres aqueles que não têm. Como as atividades foram mais diversificadas e o ganho econômico não se dá apenas por grandes produções em extensas propriedades, a pirâmide social do meio rural sofreu algumas alterações. Logicamente, alguns valores permanecem e de forma geral, independente dessas mudanças, continua-se a atribuir a terra como um bem simbólico de ascensão social e ostentação consumista (CARMO, 2009).

Segundo estudos da OCDE, hoje em dia os números de trabalhadores rurais associados a práticas de agricultura tem caído em boa parte dos países. O campo tem mais oportunidades de emprego sem ser na produção primária. Sergio Schneider (2000), em sua pesquisa, explica que os setores não agrícolas são os que mais estão oferecendo emprego no meio rural, mesmo aquelas regiões mais periféricas possíveis (OCDE, 2013).

Trazendo o diálogo da relação rural e urbana para os dias mais recentes, o que acontece hoje é que não existe mais obviamente a dicotomia inicial explicitada e que a relação está baseada na grande indefinição de fronteiras, como explicado anteriormente, na imensa revalorização do meio rural através de atividades não agrícolas e na formação de regiões de dimensão territorial (chamado por Ferrão, 2000 de “regiões urbanas”) que englobam tanto espaços urbanos, como suburbanos, rurais agrícolas, rurais não agrícolas entrelaçados entre si, de forma por vezes conflituosa e por vezes simbiótica e complementar (FERRÃO, 2000; WOODS, 2009).

Uma das conclusões que Ferrão (2000) tira ao longo de toda a história dessa relação rural e urbana é que a “evolução” das áreas rurais se dá, até certo ponto, na procura urbana e que o futuro do território se dá na formação de redes com sedes urbanas, com o centro urbano a dizer os caminhos a serem percorridos (FERRÃO, 2000).

Jane Jacobs apud Abramovay (2009), nessa linha, confirma que apenas as cidades são capazes de orientar as economias de todos os outros assentamentos humanos (“entre os vários tipos de economias, as cidades são únicas em sua capacidade de moldar as economias de outros assentamentos humanos, inclusive dos que se encontram muito distante delas, geograficamente”). Os centros urbanos, além do mais, são responsáveis por conectar os moradores da zona rural com o mundo exterior, através da rádio, televisão, internet, comunicação e o próprio fluxo cultural e de pessoas. É por esta razão, por exemplo, que muitos dos estudos de hoje em dia tentam identificar as regiões rurais e quais as aglomerações urbanas que tem maior relação (BERDEGUÉ, PROCTOR, 2014; ABRAMOVAY, 2009).

Seguindo a mesma ideia, Abramovay (2009) argumenta que não se pode estudar a ruralidade de um espaço sem verificar a sua relação com espaços mais adensados, pois de qualquer maneira, o bem estar econômico e as atividades econômicas do campo são dependentes dos centros urbanos. Já para OCDE, por exemplo, existem cidades nas regiões rurais. O mais importante é o estudo de como ocorre a relação de dependência entre as regiões rurais e as grandes cidades, devendo-se tomar o cuidado ao estimar a “importância” das cidades. Não se pode deixar de integrar a cidade-campo sem analisar também a estrutura social, econômica e territorial de ambas (ABRAMOVAY, 2009).

É claro que esta visão de que o urbano orientaria o desenvolvimento do rural seria uma perspectiva gradualista, normalmente dada por autores que vem da sociologia e planejamento urbano e que elucida a crença de que no futuro existirá a “urbanização completa da sociedade”, na corrente de Henri Lefebvre. Muitos outros estudiosos, principalmente aqueles que vêm da teoria rural, discordam dessa afirmação e reconhecem que exista às vezes certa hierarquia urbana, mas também não desconsideram o surgimento de cidades que foram orientadas e motivadas a crescer segundo uma lógica e um impulso que ocorreu a partir das suas zonas rurais. Portanto, estudar como foram formadas tais redes urbanas e rurais e como elas realmente se relacionam, cada uma com a sua singularidade, é essencial.

7. NOVA RURALIDADE CONTEMPORÂNEA

A fim de conceituar a “ruralidade”, Abramovay (2009) pontua três aspectos básicos: a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano (ABRAMOVAY, 2009).

A ruralidade pautada pela relação com a natureza traria a primeira ideia de que a população residente no campo teria muito mais contato com a natureza do que aqueles moradores dos centros urbanos. A princípio haveria um valor ético ou afetivo com a natureza, exaltados com a presença de aposentados e pessoas em férias (ABRAMOVAY, 2009).

Segundo Castle (1993) apud Abramovay (2009), o desenvolvimento rural recente dos EUA se baseou em três Rs: recreation, retirement e residences. Muitos acreditam que o meio rural é muito mais uma paisagem do que um campo de produção. Os valores naturais são fortes, idealizados, e tem importância social crescente. Observa-se aqui uma contradição se for olhado meio rural como um espaço produtor (agrícola) e um espaço consumido (recreativo, ambiental). Aos poucos, começa-se a se observar o meio ambiente não como uma barreira ao desenvolvimento econômico, mas sim como uma oportunidade (ABRAMOVAY, 2009).

A ruralidade marcada por áreas não densamente povoadas também é dos aspectos destacados, pois se trata do meio rural não só como um “espaço aberto”, mas como um lugar propício para fortes relações interpessoais, diferentemente do que ocorre nas grandes cidades. A intimidade, solidariedade, confiança entre as pessoas do campo contrastaria com o anonimato, solidão, individualidade e competição da vida urbana. De forma análoga, uma pesquisa elaborada por Hervieu e Viard (1996) apud Abramovay (2009), mostrou que os franceses atribuem, em maioria, as palavras “progresso”, “trabalho”, “medo”, “solidão” à cidade, enquanto “beleza”, “igualdade”, “saúde”, “aposentadoria” e “tranquilidade” ao campo (ABRAMOVAY, 2009).

É bem verdade que, assim como a valorização da natureza dita proporcionada pelo campo, a relação interpessoal e comunitária entre os moradores do meio rural também passaria por um forte aspecto ideológico, porém não escapa de uma característica marcante da ruralidade (ABRAMOVAY, 2009).

Um dos grandes problemas que pode ser destacado nessa temática é a tendência, em diversas partes do mundo, de envelhecimento da população rural e migração da população jovem para os grandes centros urbanos. O que é destacável aqui é a possibilidade de desenvolver o campo mediante o oferecimento de uma vida distante dos transtornos e insegurança da vida urbana e metropolitana, trazendo também melhores relações de proximidade familiar, de vizinhança e comunitária (ABRAMOVAY, 2009).

Já José Eli da Veiga (2004) traz dez pontos quanto à ruralidade avançada, segundo o consenso básico vindo desde meados da década de 1990:

- 1) As zonas rurais apresentam uma gama diferenciada de paisagens e atividades como aldeias e pequenas cidades, sítios naturais, florestas e terras agrícolas, pequenas indústrias, centros regionais etc;
- 2) As zonas rurais e sua população residente podem se apresentar de forma bem competitivas, são autênticas e consistem de uma grande riqueza para suas regiões e países;
- 3) A paisagem rural é caracterizada principalmente por terras agrícolas e florestas;
- 4) Como a agricultura é a principal atividade conectiva entre o homem e o meio ambiente, os agricultores virarão, no futuro, gestores de recursos naturais também;
- 5) Como a agricultura e florestas perderam seus pesos econômicos relativos nas economias nacionais, o desenvolvimento rural tem que combinar ao máximo os mais diversos setores socioeconômicos pertencentes à zona rural;
- 6) As regiões rurais podem se desenvolver modernamente satisfazendo os interesses daqueles que buscam mais qualidade de vida em geral, oferecendo novas opções para a saúde, lazer, segurança e desenvolvimento pessoal;
- 7) As políticas agrícolas, em função da evolução do comércio internacional e das predileções dos consumidores, terão que se reinventar, superando novos desafios e a uma nova realidade econômica;
- 8) Políticas de incentivo à agricultura serão cada vez mais contestadas e recursos começarão a ser cada vez mais destinados à gestão de recursos naturais, paisagens culturais e manutenção da biodiversidade;
- 9) Muitas das reformas de políticas agrícolas feitas no início da década de 90 originaram muito progresso, principalmente quanto à eficácia e transparência, mas também trouxeram inconsistências, duplicações e complexidade jurídica;
- 10) O desenvolvimento sustentável deve aparecer localmente nas zonas rurais, assim como uma maior integração da iniciativa privada, a comunidade e os mercados globais.

8. NOVA RURALIDADE BRASILEIRA

Na América Latina, as cidades foram a “porta de entrada da colonização”, com a fundação baseada na mentalidade expansionista europeia, com a relação “colonizador-colonizado” e a apropriação do espaço e dos recursos naturais bem marcados (FAVARETO, 2007).

O Brasil sofreu um processo diferenciado do restante das colônias latino-americanas, pois a colonização aqui se deu com base na sociedade agrária (com os senhores de terra) e exploração econômica. A Espanha instituiu em seu Império a filosofia de rede de cidades, enquanto Portugal preferiu as redes de latifúndios. Até o séc. XIX apenas Salvador da Bahia e a Recife holandesa tinham expressividade como cidades no país e mesmo assim a sua aristocracia era muito ligada à vida no campo em suas grandes propriedades. Pode-se dizer que na América Latina e, sobretudo, no Brasil houve a resistência rural sobre o meio urbano, com a conservação durante décadas do modelo hereditário, patriarcal, escravista, tradicional, de subordinação e pobreza (ROMERO, 2004; FAVARETO, 2007).

Foi só no fim do século XIX e início do século XX que as cidades começaram a crescer, associadas ao capitalismo industrial. Aliás, a velocidade de crescimento do meio urbano é um fator destacável, pois em poucas décadas as cidades se duplicavam, se triplicavam, até se decuplicavam, movidas principalmente pela migração de pessoas antes residentes no campo em busca de oportunidades e salários maiores. E, em pouquíssimo tempo, as cidades latino-americanas estavam inflacionadas, demandando grandes volumes de importação, monetizando a vida social, causando o endividamento de muitos e dando continuidade aos antigos laços servis. De certa forma, pode-se dizer que a formação urbana na América Latina foi diferente do que ocorreu na Europa, sendo a urbanização mais ligada ao “subdesenvolvimento” do que ao próprio desenvolvimento, estando o “progresso” apenas no discurso (FAVARETO, 2007).

Aquela ideia de que o meio rural era atrasado, com pobreza cultural e mentalidade estreita, era viva e começou a ficar cada vez mais forte para aquelas cidades ditas superiores e avançadas. Muitos romances do século XIX e XX transparecem esse pensamento, como o personagem Jeca Tatu criado por Monteiro Lobato, que é um exemplo disso (TREVIZAN, 2003; ORTEGA, 2008).

É claro que o meio rural mudou muito, assim como a sua relação com o meio urbano, mas até hoje esse imaginário pode ser encontrado nas grandes mídias, como em telenovelas e filmes, em encenações de festas juninas nordestinas etc. A ideia do “caipira” no centro-sul do Brasil é visto da mesma forma que o caboclo, o ribeirinho e até mesmo o índio no norte do país, mudando-se apenas a nomenclatura para esses povos mais interioranos. O mundo rural brasileiro se “urbanizou” (ou modernizou) consideravelmente nas últimas décadas, tanto com sua agricultura em industrialização, tanto com a absorção de elementos do urbano naqueles espaços que antes eram essencialmente rurais (ORTEGA, 2008).

Da mesma forma que afirma Ferrão (2000) para a Europa, Ortega (2008) diz que no Brasil atualmente existe a progressiva quebra da fronteira entre o campo e a cidade, com os espaços mais misturados e articulados entre si, ficando até difícil delimitar o que é rural e o que é urbano.

Até a década de 80, o Brasil assistiu ao grande êxodo rural, com a modernização da agricultura e industrialização das grandes cidades. Na década de 90, esse movimento começou a ser freado, pois existiu a crise econômica e os empregos na cidade começaram a ficar mais escassos para mão de obra que não fosse qualificada. Só mais recentemente que começou a surgir essa multifuncionalidade do campo, trazendo uma nova perspectiva de

desenvolvimento para os territórios rurais, mesmo aqueles chamados “deprimidos” (ORTEGA, 2008).

Abramovay (2009), nesta linha, enfatiza que o início deste milênio reserva um grande fenômeno demográfico, social e cultural: a revalorização das regiões interioranas. Isso justamente porque os espaços rurais abrigam grande biodiversidade, recursos paisagísticos e um estilo de vida desejado por muitos que vivem nas grandes cidades. Uma das tendências é o retorno de aposentados ao local de nascimento, onde ainda encontram amigos e maior tranquilidade em comparação com a metrópole, trazendo, dessa forma, renda e a necessidade de que mais infraestruturas e serviços se instalem no campo, para atenderem a qualidade de vida desejada, fomentando a economia local (ABRAMOVAY, 2009; POTTER, UNWIN, 1995).

Um dos aspectos brasileiros que favoreceram o desenvolvimento econômico do campo recente foi o mecanismo público de transferência de renda para os mais pobres, como a aposentadoria rural, bolsa escola, bolsa renda, programas para erradicação do trabalho infantil etc., pois a renda a ser gasta atrai diariamente uma maior quantidade de produtos e serviços, ampliando a dinamicidade das atividades de trabalho das áreas rurais (ABRAMOVAY, 2009; OCDE, 2013).

Segundo Favareto (2010), três foram os motivos principais para que pudesse existir esse fenômeno do novo rural: o primeiro deles seria o compromisso institucional que garantiu que houvesse paridade econômico-social entre a agricultura e outros setores, trazendo força para a economia no campo e controlando o êxodo rural; o segundo deles seria o dinamismo criado com a equalização de rendas, o avanço da infraestrutura, a melhoria da comunicação e busca de idosos e profissionais liberais por tranquilidade e lazer, o que permitiu com ocorresse não mais o esvaziamento e sim o movimento demográfico para o campo; o terceiro motivo seria a aparição de muitos empregos e equipamentos sociais, após a descentralização político-econômica.

Para Favareto (2010), há evidências empíricas que mostram que os tempos atuais representam um novo momento da zona rural brasileira, e são elas:

- A estrutura e a dinâmica da relação rural-urbana mudaram;
- Existe agora a diversificação da economia rural, com mais serviços, não sendo mais a agropecuária a atividade principal desse espaço, tornando-se múltiplas as formas de captação de rendas;
- A paisagem e a acessibilidade também se tornaram importantes como eram anteriormente a localização, fertilidade do solo e o preço da terra;
- O perfil populacional se alterou e os fluxos migratórios para as grandes cidades ficaram extintos ou aparecem com o sentido contrário;
- Surgiram novos agentes, variáveis, interesses e identidades;

- Aconteceram modificações também no meio institucional, principalmente no que diz respeito ao controle do uso e manutenção dos recursos naturais (FAVARETO, 2010).

Utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNADs) de 1981, 1986 e 1990, Graziano da Silva (1997) em “O novo rural brasileiro” mostrou que o crescimento ao longo desses anos da População Economicamente Ativa (PEA) rural era maior do que a PEA agrícola, a qual em 1986 teve sua taxa de crescimento até negativa. Graziano da Silva (1997) comparou os dados de 1990 e encontrou que naquele ano aproximadamente 35% da PEA rural brasileira estava ligada a atividades não-agrícolas, sendo que mais de 40% da população rural do sudeste já estava ligada a outras fontes de rendimento a não ser a agricultura.

Em mesmo trabalho, pode-se perceber a tendência em São Paulo, por exemplo, em que o número de produtores agropecuários autônomos e trabalhadores rurais ocupados em atividades agropecuárias caíram do ano de 1981 a 1990. De forma contrária, houve considerável aumento de empresários não agrícolas residentes no meio rural, técnicos de segundo grau e nível superior, jardineiros, trabalhadores da indústria alimentar, trabalhadores do comércio, empregados domésticos e trabalhadores braçais sem especificação.

Essa transformação do meio rural com a presença de atividades não agrícolas não é somente observada em localidades desenvolvidas e fortemente industrializadas como é São Paulo. Segundo Couto Filho (2007), até mesmo nos lugares mais pobres, a insuficiência de renda proporcionada pela agricultura leva as famílias a buscarem alternativas para sobreviver no meio rural. A crescente modernização e industrialização também seriam fatores que contribuiriam essas localidades a terem crescimento em atividades não agrícolas.

Assim como a situação europeia e norte-americana, as atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro são resultantes de ecoturismo, turismo rural, turismo em fazenda, preservação/conservação ambiental etc., já que serviços que antigamente eram únicos nas cidades, hoje estão bem consolidados no campo, como energia elétrica, água encanada, tratamento sanitário, equipamentos de saúde, transporte público e outros (TREVIZAN, 2003).

Além dos trabalhos associados a patrimônios naturais e de paisagem, cresceram os serviços privados como os dos setores produtivos, mecânica de motores, escritórios e serviços domésticos, assim como novas atividades agropecuárias com novos nichos de mercado como a floricultura, criação de animais silvestres, ervas medicinais, aqüicultura, agricultura orgânica, hidroponia, ervas aromáticas e muitas outras que servem como fonte de renda para alguns moradores do campo ou complementam o orçamento financeiro de certos agricultores (TREVIZAN, 2003).

9. RELAÇÃO RURAL E URBANA NO CONTEXTO DAS NOVAS RURALIDADES

A relação rural urbana dentro do contexto das Novas Ruralidades pode ser traduzida de diversas maneiras. A primeira delas, que talvez seja a principal defesa dessa teoria, é o enfoque de que o rural deve ser olhado como um território e não apenas como um espaço de produção. A partir do momento em que se considera isso, leva-se em conta também para a relação rural-urbana os processos que ocorrem que vão para além do fornecimento de alimentos e insumos para as cidades. Abre-se oportunidade para se reconhecer e analisar outros fluxos como os de pessoas, capital, outras mercadorias, resíduos, ideias, práticas, bens etc. Quando se julga o rural como um território, assim como é a cidade, já se permite ter a ideia de que ali ocorre uma multiplicidade de fatos, que deixa o próprio estudo da relação rural-urbana ainda mais complexa e dinâmica.

Nesta mesma linha, pode-se dizer que território seria formado por espaços urbanos (e também suburbanos, periurbanos) e espaços rurais (agrícolas ou não) entrelaçados entre si. A relação rural-urbana, territorialmente falando aqui, aparece quando se verifica então a inexistência de uma linha que separa perfeitamente o que é o campo e a cidade. A relação está na indefinição das fronteiras e justamente na conexão dessas duas zonas. Elementos que inicialmente caracterizam o urbano podem estar presentes no rural e vice-versa (WOODS, 2009).

É nesse ponto também em que se argumenta que o meio rural ter iluminação, comunicação, pavimentação e outras infraestruturas e serviços, antes exclusivos do urbano, não quer dizer que este espaço deixou de ser rural. Ele apenas se modernizou ou ganhou condições de ser habitado ou melhor explorado (caso o veja com uma ótica produtivista), mas a sua ruralidade pode estar bem presente ainda. Ter infraestrutura e serviços não quer dizer se “urbanizar”, apesar do senso comum dizer isso. E essa é uma das quebras que a teoria das Novas Ruralidades se propõe. Isto é, é possível regiões rurais ou até municípios rurais com seus centros urbanos, mas que vivam uma lógica totalmente voltada para a sua ruralidade, seja ela qual for. A relação rural-urbana, nestes casos, estaria presente de forma intensa. Um município rural com seu centro urbano, por exemplo, pode abrigar grande parte da sua população em um aglomerado, mas que sai diariamente para suas partes mais interioranas para emprego, num movimento pendular casa-trabalho, assim como ocorreria, analogamente, entre cidades dormitórias conurbadas a uma capital metropolitana. Numa região a qual o agronegócio tem muita força, por exemplo, esse fato pode ser facilmente reconhecido, mas numa localidade em que o turismo rural-ecológico movimenta sua economia também. Isso independe do tipo de função ou atividade que essa região rural exerça em primazia. Em outras situações, a população de um município rural que mal tem uma aglomeração urbana pode se deslocar inteiramente para uma cidade maior e ao redor e viver, diariamente, por motivos de trabalho ou estudo, a lógica urbana da cidade vizinha e ter essa relação totalmente inversa e alterada. E por isso também, cada caso a ser tratado é uma situação inteiramente específica.

É por esta razão, igualmente, que as novas ruralidades acabam confrontando com a ideia predominante de que as zonas rurais são totalmente orientadas pelas zonas urbanas. O

peso dos grandes centros e metrópoles é relativo e depende de cada circunstância ou assunto tratado. E também depende do que se está considerando como “zona rural” ou “zona urbana”. A conceito de cada um e a tipologia de classificação aqui importa. É claro que existe uma hierarquia na rede de cidades com sedes urbanas e em alguns casos o centro urbano diz sim o caminho a ser percorrido, mas isso não é uma regra para todos os territórios. Em alguns casos, principalmente os de expansão do agronegócio, existem até cidades que foram sendo formadas por conta atividade que ali se cumpria. Assim, o progresso de qualquer região, as políticas propostas e o bem estar econômico dependem muito da importância das atividades exercidas e só desta maneira se pode dizer se o campo é mais dependente da cidade ou vice-versa.

Desse modo, estas diversas formas que o rural e urbano podem assumir trazem relações totalmente distintas a cada cenário que se estude. Um rural que é visto como uma zona de expansão urbana ou um rural que atrai citadinos com renda mais alta, causando processos como o da gentrificação, por exemplo, pode trazer uma relação bem mais conflituosa do que em outras circunstâncias em que ela é mais complementar, mutualista. Em geral, segundo Potter e Unwin (1995), enxergar essa relação urbano/rural a maioria das vezes como simbiótica é importante porque assim se promove a integração territorial, trazendo a mudança e desenvolvimento para todos.

A teoria das Novas Ruralidades sugere um movimento de pessoas para o campo buscando as mais diversas amenidades e pluriatividades que só esta zona pode oferecer. Desse jeito, pode existir o retorno de aposentados ao local de nascimento, busca de indivíduos de diversas idades por um novo estilo de vida, opções para a saúde, lazer, segurança e desenvolvimento pessoal, ou até mesmo por novos empregos como os envolvidos com a produção de alimentos, projetos de biodiversidade, a conservação e proteção do meio ambiente, a manutenção e valorização de patrimônios históricos e culturais, lazer, recreação, produção de energia etc. O movimento dessas pessoas pode estar vinculado à mudança definitiva (1ª residência) ou até mesmo como uma moradia de apoio, temporária ou esporádica (2ª residência), semelhante ao que ocorre em áreas praianas e ilhas, quando se tem a população (fora a original) que se muda definitivamente e a população que vai temporadas para lá. Tanto esse fluxo definitivo para o rural como o transitório ou eventual carregam em si particularidades quanto aos seus impactos (positivos e negativos) ao território e também sobre o que é carregado materialmente e também abstratamente de um local para o outro. O estudo da relação rural-urbana aqui deve focar esses parâmetros.

Como o novo rural pode apresentar as mais diversas atividades e as fronteiras entre o campo e cidade não são bem definidas, é possível também (e aceitável) o urbano apresentar atividades antes exclusivas do meio rural, como por exemplo a agricultura orgânica em praças e produção de energia em cima de casas e prédios, e também o rural apresentar atividades antes exclusivas do meio urbano, como por exemplo a presença em seu espaço da indústria ou de um pólo de pesquisa e tecnologia. A relação rural-urbana neste caso também aparece de forma intensa, pois o que é produzido em cada um desses lugares se espalha e tem impactos por onde percorre. Em muitos casos as atividades do campo/cidade se complementam, às vezes podem até se sobrepor e em outras vezes pode até existir em ambos espaços. A relação varia bastante.

Por fim, um dos maiores discursos da teoria das Novas Ruralidades gira em torno da aproximação e apropriação do meio ambiente pelo rural e também das amenidades que a natureza proporciona. São diversas as atividades que podem ser geradas com isso. O meio ambiente pode ser totalmente protegido, conservado em prol da sua finitude e biodiversidade (e ser remunerado por conta disso até, via pagamentos ambientais), mas também pode ser explorado pelo turismo, produção energética, captação de recursos naturais, pela venda de uma paisagem para casa de veraneio etc. A relação com a natureza e a importância das áreas não densamente povoadas se dá de maneira distinta a cada lugar que se vai e a própria relação do urbano com isso também muda. Aliás, a localização dessas amenidades ou oportunidades ambientais em relação a grandes centros urbanos ou zonas rurais específicas podem ser estratégicas ou até mesmo determinantes no tipo de atividade a ser explorada. Mas, de toda maneira, as relações urbano-rural aqui também devem ser tratadas caso a caso.

Segundo Tacoli (2003), os fluxos e os vínculos existentes entre as áreas rurais e urbanas têm sua escala e sua força determinada pela natureza das transformações econômicas, sociais e culturais que estão relacionadas. E, por esta razão, ao serem analisadas, devem sempre serem levadas sob três grandes óticas e categorias: global, nacional e local. Esse pode ser um ponto de partida para o estudo de relações rural-urbana de maneira mais específica e aproximada.

10. QUADRO-RESUMO SOBRE O QUARTO MOMENTO

Quadro 4: Relação Rural-Urbana no 4º Momento: Contexto das Novas Ruralidades

Temporalidade	Características do Rural
<p>4º Momento: Novas Ruralidades</p>	<p>1) Função: Espaço “multifuncional”: produção de alimentos, biodiversidade, a conservação e proteção do meio ambiente, recursos paisagísticos, a manutenção e valorização de patrimônios históricos e culturais, local de um estilo de vida, lazer, recreação, aposentadoria, descanso e 1ª ou 2ª residência, acervo de elementos naturais, energéticos e históricos passíveis de lucro.</p> <p>2) Atividade Econômica: “Pluriatividades” com “plurirendimentos”.</p> <p>A modernização tecnológica, crescimento da produtividade agrícola, a dispensa de mão de obra rural e necessidade de trabalhadores no meio urbano, inserção de mulheres no mercado de trabalho, políticas públicas voltadas para melhoria da renda dos habitantes do campo, descentralização industrial para áreas não urbanas e aprimoramento da agricultura familiar foram alguns dos fatores que permitiram o trabalho agrícola parcial, a pluriatividade e práticas não agrícolas no meio rural.</p> <p>A agricultura ainda é uma das principais atividades conectivas entre o homem e o meio ambiente, mas os agricultores virarão, no futuro, gestores de recursos naturais também. Presença de ecoturismo, turismo rural, turismo em fazenda, atividades de preservação/conservação ambiental.</p> <p>Além dos trabalhos associados a patrimônios naturais e de paisagem, cresceram os serviços privados como os dos setores produtivos, mecânica de motores, escritórios e serviços domésticos, assim como novas atividades agropecuárias com novos nichos de mercado como a floricultura, criação de animais silvestres, ervas medicinais, aquicultura, agricultura orgânica, hidroponia, ervas aromáticas e muitas outras que servem como fonte de renda para alguns moradores do campo ou complementam o orçamento financeiro de certos agricultores.</p> <p>Aumento de empresários não agrícolas residentes no meio rural, técnicos de segundo grau e nível superior, jardineiros, trabalhadores da indústria alimentar, trabalhadores do comércio, empregados domésticos e trabalhadores braçais sem especificação.</p>



3) **Grupo social:** moradores do meio rural marcados pela forte relação interpessoal e comunitária (aspecto ideológico), intimidade, solidariedade e confiança. Com o retorno de aposentados ao local de nascimento e pessoas de diversas idades atraídas também por um novo estilo de vida, novas opções para a saúde, lazer, segurança e desenvolvimento pessoal.

Pirâmide social do meio rural sofre algumas alterações, alteração dos grupos sociais e o fim da polarização tradicional na qual os ricos são apenas aqueles que obtêm grandes extensões de terra e pobres aqueles que não têm (apesar da terra ainda se apresentar como um bem simbólico de ascensão social e ostentação consumista).

4) **Paisagem:** caracterizada principalmente por terras agrícolas e florestas, mas formada por uma apresentam uma gama diferenciada de cenários tais como aldeias e pequenas cidades, sítios naturais, florestas e terras agrícolas, pequenas indústrias e até mesmo centros regionais.

5) **Rural símbolo de um renascimento.** Não é mais atrasado como era visto antes, tratando-se de um espaço marcado pelo agronegócio altamente informatizado e modernizado, assim como também de espaços alternativos para a produção primária e mais ainda de outras atividades que não estão ligadas com a alimentação. Rural como um território plural, assim como são as zonas urbanas, formado por uma multiplicidade de pessoas, interesses, ideias, atividades, fluxos, dinâmicas, que são específicas de seu espaço.



Relação Rural-Urbana: Novas Ruralidades

Relação modificada com relativa (na maioria das vezes) hierarquia das zonas urbanas quanto às zonas rurais, porém com este último não marginalizado como antes. Rural marcado pela sua imensa revalorização, através de atividades não agrícolas, enaltação de um estilo de vida específico, tentativas de conservação da natureza e biodiversidade, tentativas de conservação de patrimônios históricos e culturais e promoção de turismo ecológico e rural.

O meio urbano teria a sua função e o meio rural também teria a sua função, que não sendo fácil descrevê-los. Às vezes as atividades de ambos se complementam, às vezes se sobrepõem, às vezes ocorre em ambos os espaços.

Relação dada de forma por vezes conflituosa e por vezes simbiótica e complementar.

Relação está baseada na grande indefinição de fronteiras, na formação de regiões de dimensão territorial que englobam tanto espaços urbanos (como suburbanos, peri-urbanos), rurais agrícolas, rurais não agrícolas entrelaçados entre si. Considera-se a existência de municípios e regiões rurais com centros e aglomerados urbanos.

Crença (imaginário) de que o urbano ainda é o futuro ainda persiste: "a "evolução" das áreas rurais se dá, até certo ponto, na procura urbana e que o futuro do território se dá na formação de redes com sedes urbanas, com o centro urbano a dizer os caminhos a serem percorridos", mas não é a regra.

O bem estar econômico e as atividades econômicas do campo são dependentes dos centros urbanos (e vice-versa, quando o local tem economia rural forte).

A relação com a natureza e a importância das áreas não densamente povoadas são distintas em cada uma das zonas, mas se correlacionam e se complementam.

Fonte: Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da premissa da existência a priori de dois tipos de espaços: o urbano e o rural, cada um com as suas especificidades e diversas faces, a nova ruralidade vem para atualizar tudo aquilo que se falou do rural até então. De um espaço atrasado, focado em atividades primárias, ou até mesmo de um espaço que um dia se tornaria urbano, agora, o rural é tratado, assim como o urbano já é, como um território, cheio de atividades

diferentes, cheio de atores sociais distintos, múltiplo em interesses, em dinâmicas, fluxos e realidades. Alguns espaços do rural são dedicados ao agronegócio, outros à produção de culturas especializadas, outros são lugares de exploração turística ambiental, outros locais de residência para aposentados, outros servem como sítios para veraneio, pesqueiros e salões de festas, enfim. O novo rural é múltiplo com muitas funções e numerosas atividades.

Ao se tentar estudar a relação rural-urbana dentro do contexto das novas ruralidades se fez necessário não apenas tentar entender como é que o processo se dava no rural e no urbano, isoladamente, mas também analisar todo o processo histórico anterior a essa relação, para se compreender estágios de hierarquização e até mesmo quando se havia situações de complementariedade, troca ou quando ambos eram espaços de conflitos e disputa.

A simples verificação de como seria a relação urbano-rural pela conceituação dos dois pólos, sem contextualizar num espaço específico e ao longo da história, como se fez na primeira seção deste artigo, mostrou-se não ser cabível, já que a própria noção de rural e urbano se altera ao longo do tempo e também de acordo com o território que está situado, então falar de relação rural-urbana sem fixar onde se encontraria esta relação poderia se tratar de um grande equívoco.

Optou-se, então, por se seguir a trajetória histórica e localizada no contexto ocidental. Adotou-se que, a princípio, o processo sofrido nos países mais desenvolvidos, tais como os europeus e o estadunidense, seria o exemplo mais próximo do caso brasileiro e depois se fez a verificação do que dizem certos estudiosos do assunto sobre as circunstâncias nacionais. Tendo isto em mãos, pode-se separar a história da relação rural-urbana em quatro grandes períodos e então avaliou-se momento a momento a estrutura do urbano e do rural em cada um deles e como provavelmente se dava a interação desses dois pólos naquela época, de forma bem concisa e objetiva. Depois do segundo período, o urbano, que já teria sido descrito como um território bem múltiplo pelos períodos anteriores, não foi considerado como necessário para ser definido novamente nas etapas posteriores. A grande mudança que ocorreu entre esses dois mundos, e que, claro, é de interesse para esse artigo, foi no rural, e por isso se insistiu, principalmente no quarto momento, no enfoque na definição do rural (do novo rural) de forma mais clara e se excluiu a definição do urbano.

Depois de se discorrer sobre o assunto e fazer quadros-resumo sobre a teoria e as relações, pode-se verificar o quanto é complicado se falar de relação rural-urbana sem se contextualizar mais especificamente ainda aquilo sobre o que se está falando. Isto porque, de certo, a relação entre a porção urbana e rural de uma mesorregião do estado de São Paulo é bem distinta de uma mesorregião do estado da Bahia ou de Roraima, que ainda se torna mais distinta se comparar com outro país da América Latina ou da Europa, mesmo estando todos dentro de uma mesma (ou quase mesma) lógica de urbanização/modernização ocidentalizada. Isso sem falar também das temporalidades que influenciam nesta interação. Analogamente, a imagem do rural no interior de São Paulo e a sua relação com a parte urbana não deve ter sido a mesma nos fins do período da ditadura, durante a redemocratização ou no governo Lula, por exemplo, mesmo a região sendo a

mesma e estando vivendo dentro de um mesmo momento histórico definido acima (o 4º momento).

Entretanto, pode-se buscar, em linhas gerais, como se daria esta relação rural-urbana dentro do contexto das novas ruralidades, tentando-se elencar o que é comum e universal para todos os contextos espaciais e temporais. Hoje, o espaço urbano e o espaço rural fazem grandes trocas, inclusive de população, ideias, insumos, mercadorias, capital, bens e resíduos, mas também apresentam elementos característicos de si mesmo dentro do outro e isso não faz com que a sua essência, ou seja, a sua ruralidade ou urbanidade, seja perdida. Se um dia existiu uma situação de desequilíbrio das cidades perante aos campos, com grandes fluxos migratórios de um para o outro, hoje se pode dizer que há uma situação de maior estabilidade e paridade, até mesmo com o surpreendente crescimento populacional dessas localidades que antes eram esquecidas ou vistas como um atraso.

Um planejador, um político, um grande empresário, uma organização social, ou qualquer agente de muito impacto e transformador do território que perceber essa nova dinâmica do rural e da relação que isso cria com as grandes cidades, tem, em suas mãos, um grande salto teórico e estratégico para ação. Cabe às universidades, institutos de pesquisa e de recenseamento e investigadores em geral, aprofundarem os estudos sobre essas dinâmicas e relações no território, que são transformadas muito a cada segundo que passa. As novas ruralidades já existem e suas relações com outras territorialidades devem ser melhor compreendidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O Futuro das Regiões Rurais. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BERDEGUÉ, Julio A.; PROCTOR, Felicity J. Las Ciudades en la Transformación Rural. Serie Documentos de Trabajo N° 130. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile. 2014.

CARMO, Renato Miguel do. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. Sociologias, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 252-280, Porto Alegre, 2009.

CARNEIRO, Maria José. "Rural" como categoria de pensamento. Campinas: Ruris, 2008.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Transformações no Rural Baiano. In: Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro. Brasília: MDA/NEAD, 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: HUCITEC, 1996.

- DUBY, Georges. L'urbanisation dans l'histoire. Études Rurales. n.49-50, p. 10-4. Jan-jun, 1973.
- FAVARETO, A. A longa evolução das relações rural-urbano. Revista Ruris. Vol. 1. N.1. IFCH- Unicamp. Campinas, 2007.
- FAVARETO, Arilson. Capítulo 1 – Tendências Contemporâneas dos Estudos e Políticas sobre o Desenvolvimento Territorial. Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: Avanços e Desafios. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. v 12. Brasília: Instituto Interamericano De Cooperação para a Agricultura (IICA), 2010.
- FAVARETO, Arilson. Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.
- FERRÃO, João. Relações Entre Mundo Rural E Mundo Urbano - Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. Sociologia, problemas e práticas. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. 2000.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. Belo Horizonte: Nova Economia, 1997. v.7. n.1.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. Estudos Avançados. São Paulo: USP, 2001.
- JUILLARD, Étienne. L'urbanisation des campagnes en Europe occidentale. In: Études rurales, n°1, 1961. pp. 18-33. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/AsPDF/rural_0014-2182_1961_num_1_1_960.pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.
- OCDE. Relatório Territorial da OCDE: Brasil 2013. OECD Publishing, 2013. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/urban-rural-and-regional-development/relatorio-territorial-da-ocde-brasil_9789264189058-pt>. Acesso em 14 de maio de 2015.
- ORTEGA, Antonio César. Territórios Deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. p. 282-312.
- POTTER, R. & UNWIN, T. Urban-rural interaction - physical form and political process in the Thrid World. Cities. Vol. 12-1. p.67-73. 1995.
- ROMERO, José Luis. América Latina – as cidades e as idéias. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.
- SCHNEIDER, Sergio. Actividades rurales no agrícolas y transformaciones del espacio rural: perspectivas recientes. Cuadernos de Desarrollo Rural, Bogotá - Colômbia, v. 1, n. 44, p. 11-40, 2000.
- TACOLI, C. The links between urban and rural development. Environment and Urbanization, 15(1), 3–12. 2003.

TÖNNIES, Ferdinand. *Comunidad y sociedad*. trad. de J. Rovira Armengol. Buenos Aires: Losada, 1947 [1887].

TREVIZAN, Salvador. O que é rural? O que é urbano? E a educação?. Texto base da palestra do professor realizada no encontro regional do Fórum Estadual de Educação do Campo (FEEC) e da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), preparatório para a Conferência Estadual do FEEC e RESAB. Bahia, 2003.

VEIGA, José Eli da. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. Taubaté: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 2007.

VEIGA, José Eli da. Nem tudo é urbano. *Ciência e cultura*, São Paulo, v. 56, n. 2, abr./jun. 2004. p. 28-29.

WOODS, M. Rural geography: Blurring boundaries and making connections. *Progress in Human Geography*, 33(6), 849–858. 2009.